

RISCO: DE SÓLIDO PARA LÍQUIDO

RESUMO

A gestão de risco tornou-se um tema de relevância internacional depois de várias crises e consequentes ajustes regulatórios que surgiram na tentativa de impedi-los. No entanto, o conceito de “risco” sempre foi problemático, consequentemente, a sua gestão. Este trabalho tem como objetivo investigar como as posições paradigmáticas podem ter influenciado em problemas práticos relacionados à implementação dessa ferramenta de gestão. Para isso, foi realizada uma análise crítica das posições paradigmáticas, assim como, posicionamentos ontológicos e epistemológicos adotados em pesquisas sobre risco e gestão de riscos. Examinamos as contribuições e as limitações que paradigmas, como o positivismo e o construcionismo, acarretaram para as pesquisas sobre este tema e possíveis soluções derivadas de uma abordagem pós-estruturalista para futuras pesquisas e práticas de gestão de risco. Observou-se que o conceito regulamentar e financeiro de risco ignora grande parte da complexidade e dinâmica presente no processo de tomada de decisão sobre futuros incertos. Assim, esta pesquisa apresenta alternativas que podem ser exploradas na implementação e desenvolvimento desta gestão ponderando-se contextos organizacionais específicos.

Palavras-chave: Risco. Gestão de Riscos. Pesquisa Qualitativa. Paradigmas.

1. INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, é preciso justificar a escolha deste título. De acordo com Bauman (2007, p. 1), a era moderna é marcada pela passagem de um estado sólido para um líquido. As formas sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições e padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter seu modelo por muito tempo, porque se decompõem e “derretem” mais rápido que o tempo gasto para construí-los. Assim, esse artigo explora como este processo ocorre nos estudos sobre risco e seu gerenciamento.

Nos últimos anos, houve uma explosão de pesquisas sobre risco e gestão de riscos (GEPHART et al., 2009, POWER, 2007, SCAPENS; BROMWICH, 2009), citados como um dos temas mais importantes para as pesquisas em contabilidade (Kaplan, 2011). Esses conceitos estão presentes em sites corporativos e relatórios anuais que contêm seções específicas dedicadas à forma como são gerenciados. Assim, o tema da gestão de riscos tornou-se parte da agenda das instituições financeiras, governos e indústrias (LAM, 2006).

A importância deste tema cresceu em paralelo com o desenvolvimento de marcos regulatórios para a governança corporativa e em resposta a uma série de escândalos e fracassos de empresas consideradas consolidadas e sólidas (COLLIER; AGYEI-AMPOMAH, 2005, POWER, 2007). Portanto, esses eventos não demonstraram somente que as grandes empresas podem cair, mas também as consequências que falhas sequenciais podem acarretar para um grande número de atores em todo o mercado.

A história de risco esteja intimamente relacionada com o desenvolvimento da teoria da probabilidade e a um momento em que os seres humanos compreenderam que tinham o domínio sobre o seu futuro (BERSTEIN, 1996). O que muitas vezes é imperceptível é que o conceito de “risco” inerentemente contém o conceito de controle (BECK, 2002, p. 40), o qual é reivindicado por peritos por meio de discursos relacionados à mensuração e objetividade dessa gestão. Embora depois de tantas crises e falhas de modelos essa objetividade tenha sido

abalada, essas incongruências parecem representar apenas um começo de um novo debate que procura preservar o poder desses especialistas.

Este artigo visa demonstrar algumas influências paradigmáticas da atual definição de risco e os efeitos que estes posicionamentos trazem para as pesquisas, assim como, para a essa prática. Por isso, inicia-se com uma descrição breve do conceito de risco e alguns fatos históricos que influenciaram o seu desenvolvimento em finanças e contabilidade nos últimos anos. Depois disso, três paradigmas de pesquisa são explorados: positivismo, construcionismo e pós-estruturalismo, demonstrando as contribuições e as limitações de cada um deles. Assim, finalmente, evidenciam-se como esses posicionamentos paradigmáticos influenciam na prática e para os estudos sobre risco e gestão de riscos.

2. GESTÃO DE RISCO E RISCO

2.1. Definições de risco:

Inicialmente, é importante compreender que o risco é um conceito amplo, relacionado com várias disciplinas e que não há consenso sobre uma definição precisa sobre este termo. Por exemplo, Renn (1998, p. 51) define risco como “a possibilidade de que as ações humanas ou eventos levem a consequências que afetem aspectos de valor humano”. De acordo com a Federação Europeia de Gestão de Riscos (2003, p. 3) e com o Instituto de Gestão de Riscos de Londres (IRM, 2002), risco “pode ser definido como a combinação da probabilidade de um evento e suas consequências”, enquanto o COSO (2004, p. 16) expande um pouco essa visão e afirma que “o risco é a possibilidade de que um evento ocorra e afete adversamente a realização dos objetivos de uma empresa”.

Investigações em instituições financeiras mostraram que categorias de risco, como o risco operacional, apresentam as mesmas indeterminações quanto a sua definição. De acordo com Crouhy et al. (2004, p. 423), o risco operacional denota uma gama de possíveis falhas no funcionamento de um negócio sem uma relação direta com risco de mercado ou de crédito. Risco operacional também pode ser definido como um evento, esperado ou não, que pode afetar os resultados (TRAPP, 2004, p. 25). Embora pareça ser este um conceito aberto, exigências de alocação de capital, mensuração e divulgação de riscos operacionais nos relatórios anuais das empresas impõem interpretação mais restrita na sua gestão diária. Essas exigências são feitas com base em uma definição de riscos oriunda de finanças, que geralmente relaciona risco a retornos sobre investimentos (JORION, 2001, DAMODARAN, 2003).

Em paralelo a definição financeira, análises de risco tipicamente consistem em um ou mais modelos matemáticos que buscam uma compreensão científica de processos quantificados por meio do tamanho das correlações em modelos utilizados para avaliar as probabilidades de ocorrência de eventos (SPIEGELHALTER; RIESCH, 2011). No entanto, eles confirmam que mesmo as ferramentas mais sofisticadas, como Lógica *Fuzzy* e Análise Monte Carlo, são inerentemente fundamentas em juízos humanos.

Desde o Acordo de Basiléia em 1998 até hoje, ocorreram constantes mudanças na definição e concepção do que é aceito como de risco e sua gestão. De acordo com Collier et al. (2007), houve uma progressão natural neste conceito: associado com a conformidade e prevenção; para minimizar os riscos de incerteza em relação ao desempenho operacional; e, para melhorar as chances oportunidade para manter e aumentar o valor dos acionistas. Porém,

as definições de risco sempre estiveram atreladas a reivindicações de objetividade e imparcialidade dos cálculos, assim como, dessa gestão.

Recentemente, as abordagens sobre gestão de risco passaram por uma mudança na sua concepção inicial caracterizada por categorias de risco isoladas (crédito, mercado e operacional) para uma abordagem mais focada na gestão de riscos relacionada a estratégia, logo, com uma visão mais integrada e holística, denominada *Enterprise Risk Management* (ERM). Neste caso, o núcleo da boa gestão de riscos é identificar tratamentos tempestivos com o objetivo de agregar valor e resiliência para as atividades da organização.

Nessa abordagem incorpora-se a cultura de gestão de riscos em todas as atividades da uma organização. Contudo, supõe-se que toda a organização compartilhe uma visão comum sobre riscos, tanto como uma oportunidade a ser explorada, bem como perigos que devem ser evitados. Mais do que isso, pressupõe que toda a organização compartilhe uma cultura comum sobre riscos e haja de acordo com o apetite de risco da organização. Portanto, ignoram-se as influências individuais dessa construção, como se a gestão integrada de risco fosse a força motriz para promover uma mudança na cultura organizacional.

Collier et al. (2007) afirmam que a gestão de risco é projetada nesta perspectiva, como uma ferramenta para melhorar o desempenho organizacional, torna as organizações mais conscientes dos riscos e, eventualmente, reduz o custo de capital. Clarke e Varma (1999) argumentam essa abordagem permite que as empresas ofereçam um desempenho consistentemente superior e gerenciem proativamente os riscos. Algumas pesquisas procuram mostrar exemplos disso, por exemplo, Collier e Berry (2002) descrevem a importância dos gestores de perceber e gerir os riscos no processo de orçamento, Wood (2007) procura destacar a importância de se considerar o risco em sistemas de controle de formulação de estratégia e o CIMA (2008) descreve a importância da gestão de riscos no processo de tomada de decisão como um todo. Porém, existem inúmeros direcionadores que podem influenciar as práticas de gestão de risco de uma organização (COLLIER et al., 2007, SOUZA, 2011)

2.2. Breve Histórico:

À luz dos vários escândalos financeiros, desde os anos 1980, foi criado nos Estados Unidos, o *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) com a finalidade estudar questões relacionadas às demonstrações financeiras, fornecer padrões para as companhias de seguros e monitorar seus sistemas de controle interno. Inicialmente, as obras do COSO focavam os sistemas de controle interno, ajudando a avaliá-los e melhorá-los (COSO, 2004). No entanto, após novos escândalos envolvendo fraudes que causaram prejuízos enormes a acionistas, empregados e *stakeholders*, a gestão de risco tornou-se cada vez mais uma fonte de preocupação para as empresas que precisavam demonstrar uma estratégia sólida capaz para identificar, medir e gerenciar riscos (COSO 2004). Assim, o COSO logo se tornou uma referência nesse tema (POWER, 2009).

Crises financeiras e fraudes em instituições financeiras, como o Panamericano, Barings, Bankers Trust e o Crédit Lyonnais, e em empresas não-financeiras, como a Enron, Parmalat, Worldcom, evidenciaram a necessidade de melhorar práticas de governança corporativa e de gestão de risco nas corporações, assim como, ampliar o escopo dessas atividades para além dos riscos financeiros. Várias novas regulações surgiram a nível nacional e internacional deste então. Porém, nenhuma delas foi suficiente para evitar a crise financeira

do *subprime* nos EUA e falências de bancos como Lehman Brothers, Citigroup, Merrill Lynch, UBS, JPMorgan Chase, Morgan Stanley, Northern Rock, Fortis e Lloyds.

Considerando as perdas sofridas pelos investidores e acionistas e a perda de confiança gerada por tais crises, por meio de um discurso que salientava a possibilidade de propagação de riscos sistêmicos e a retomada do controle do sistema financeiro, reguladores desenharam novas normas que aumentaram os requisitos de alocação de capital, como o Acordo de Basiléia III, na tentativa de reafirmar o seu poder de controle. Esse padrão foi transmitido a centena de países, incluindo o Brasil, tornando-se uma referência para a supervisão bancária a nível mundial. Porém, essas diretrizes passam por constantes revisões e nunca atingem sua completude. Além disso, nenhuma alocação de capital foi suficiente para conter as crises e muitos bancos faliram com níveis de alocação acima do esperado.

3. DESAFIOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS DE RISCO

3.1. Paradigma positivista: o risco objetivo considerado como fato e verdade

A publicação da obra de Frank Knight (1921) distinguiu risco de incerteza. Knight afirmou que o conceito de risco correspondia apenas às incertezas quantificáveis, e, portanto, que o risco poderia ser avaliado estatisticamente, com um nível aceitável de confiança. Assim, o risco teria um caráter objetivo, enquanto a incerteza apresentaria um caráter subjetivo.

Esta visão causou uma revolução. Reddy (1996) afirma que a história da economia revela o triunfo da noção econômica de “risco”, como uma visão de futuros submetidos à análise probabilística, sobre a “incerteza”, como uma visão do futuro fundamentalmente e radicalmente indeterminada. Além disso, o autor também afirma que esta visão tem sido fundamental para a legitimação de especialistas, sendo o conhecimento científico um recurso valioso mobilizado por eles na formulação de políticas (JERÓNIMO, 2006).

Pesquisas em contabilidade sobre gestão de riscos geralmente se concentram em questões como riscos de crédito e de mercado, desenvolvendo modelos que tentam prever e antecipar tendências de mercado através de variáveis financeiras. No Brasil, elas se concentram em modelos de risco de mercado (GUSMÃO et al., 2008; SANTOS et al., 2007; FERNANDES; BOGONI, 2009, ARRAES; ROCHA, 2006), risco de crédito (NEVES et al., 2007; CHEROBIN; BARBOSA, 2007; ZAMPERLINI; ROSA, 2009) e os riscos operacionais (CAMAZANO; ARIMA, 2008; TRAPP; CORRAR, 2005), assim como o *compliance* com requerimentos da SOX (2002), BACEN (2006) e BIS (2004). Porém, isso só reflete uma tendência internacional.

No entanto, após cada crise, a confiança nesses modelos e a objetividade dos riscos é abalada. Damodaran (2009) acredita que a ênfase em incertezas subjetivas segregadas das objetivas descritas por Knight está errada. Em sua opinião, apesar de um risco mensurável ser coberto com mais facilidade, por exemplo, em uma apólice de seguro, de fato, a preocupação existe com qualquer incerteza mensurável, ou não. Este posicionamento é ratificado pelo aumento de pesquisas que buscam entender melhor a influência de riscos não quantificáveis e de incertezas em outras áreas (SPIEGELHALTER; RIESCH, 2011, STIRLING, 2011).

3.1.2. Teoria Cognitiva e de Prospectos: inserindo o fator humano ao positivismo

Vários modelos desenvolvidos baseiam-se na Teoria da Utilidade Esperada desenvolvida por Von Neumann e Morgenstern, em 1944, que defende a racionalidade

ilimitada dos agentes econômicos e os modelos de decisão baseados no princípio econômico da maximização da utilidade. No entanto, estes pressupostos foram questionados por Simon (1995) ao argumentar que quando os indivíduos estão inseridos em ambientes complexos de decisão o que ocorre em um processo de tomada de decisão real contradiz essa teoria.

Na tentativa de incorporar aspectos psicológicos nessa discussão, relacionados com a percepção de risco dos seres humanos, Kahneman e Tversky (1974) propuseram a Teoria Cognitiva, que estabeleceu uma base cognitiva para erros humanos comuns usando heurísticas e vieses. Assim, apontaram que uma das limitações humanas, que interferem no processo de decisão, é o fato de que as pessoas muitas vezes não conseguem compreender com o que estão lidando. Por essa razão, as tomadas de decisão incluem processos cognitivos de filtragem e codificação de informações a partir do ambiente, o acesso a memórias passadas de eventos semelhantes e utilização de heurísticas e vieses cognitivos, como atalhos mentais, para interpretar a informação, simplificar a tomada de decisão e torná-la mais rápida e menos estressante (GUTNIK et al., 2006).

Na realidade, o que acontece em muitas situações é que as pessoas não estão motivadas ou não tem a capacidade de processar informações de forma sistemática e utilizam essas heurísticas (VISSCHERS et al., 2009). Por isso, esses autores afirmam que não só o formato, mas também o contexto em que as informações sobre probabilidade são apresentadas é crucial para entender como elas são interpretadas e isso pode explicar muitas heurísticas.

Assim como Teoria Cognitiva, a Teoria dos Prospectos também foi desenvolvida por Kahneman em parceria com Tversky (1979) com um foco na relação entre a tomada de decisão e riscos. Eles afirmam que, para a mesma quantidade de perdas e ganhos, o impacto na percepção de perdas é significativamente maior do que os ganhos associados (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979). Esses resultados demonstraram inconsistências com a Teoria da Utilidade Esperada. Os seres humanos são mais avessos ao risco, em situações de perda do que de ganho. Portanto, eles preferiam um ganho menor, mas certo, do que correr o risco de não receber nada e obter um ganho maior.

Esses vieses cognitivos são usados para explicar estas decisões “erradas” e, com base numa série de estudos experimentais, detectar alguns efeitos como Framing, por exemplo, para demonstrar que as preferências individuais são influenciadas pelo formato que um problema é apresentado. No entanto, os resultados são interpretados como desvios da referência utilizada para a tomada de decisão. Não obstante, os riscos são dinâmicos e complexos (BAUMAN, 2011). Logo, embora esses estudos demonstrem uma contribuição salutar, sua análise é superficial sobre as interferências apresentados para a compreensão dos riscos e de sua gestão. Eles são meramente descritivos e simplistas, adotando suposições arbitrárias que muitas vezes são incondizentes com a realidade específica de cada organização.

3.1.3. Positivismo como paradigma problemático

O positivismo adota o realismo como ontologia e supõe que a realidade é construída a partir de estruturas reais e imutáveis, por isso, independentes do homem. Essa posição epistemológica assume que o observador externo é capaz de entender objetivamente as leis naturais, explicá-las e prevê-las usando geralmente equações matemáticas. Portanto, a conceituação de risco neste paradigma depende da capacidade analítica para efetivamente

estabelecer uma relação objetiva e quantificável, traduzindo em probabilidades a ocorrência de um evento e mensurando a magnitude de suas consequências (FABRIANI, 2004).

Um problema importante das teorias econômicas apresentadas, bem como das perspectivas cognitivas, refere-se à simplificação das situações reais na tentativa de capturar atitudes no processo de escolha em condições de risco. Contudo, em ambientes controlados, não há envolvimento emocional com a situação apresentada, que não afetará a vida real do participante. Além disso, apenas um efeito é analisado por vez, e, frequentemente, o fator de tempo limitado não é ponderado, bem como fatores emocionais, aspirações políticas e multicorrelações envolvidas no processo de decisão. Portanto, essa é uma visão extremamente simplista da realidade complexa e dinâmica que envolve decisões sobre riscos e incertezas.

Bauman (2011) acredita que este é um reflexo de uma estrutura epistemológica que desconsidera a complexidade e a dinâmica da vida real e Stirling (2011, p. 1029) afirma que “um foco limitado do risco é uma resposta inadequada a um conhecimento incompleto”. Assim, pesquisas positivistas sobre risco não mostram como esse modelo foi absorvido e desenvolvido dentro das organizações, explorando o desenvolvimento de modelos para prever tendências, mas também para atender às novas exigências regulatórias.

Embora essas abordagens tradicionais enfatizem o cálculo para a avaliação de riscos, desconsidera-se que muitos riscos não são objetivamente identificáveis e mensuráveis, sendo, portanto, subjetivos e qualitativos (ADAMS, 2009). Por exemplo, os riscos de litígio, perda de e reputação ou de funcionários-chave e impacto organizacional de desastres naturais são julgamentos subjetivos. Logo, o risco é majoritariamente “socialmente construído” e as respostas ao risco devem refletir essa construção social (COLLIER et al., 2007, ADAMS, 2009).

“Mesmo com o melhor planejamento, estratégias globais apresentam riscos substanciais” (KLUYVER; PEARCE, 2007, p. 151). Os aspectos qualitativos não podem ser ignorados, visto que fazem parte da tolerância, percepção, compreensão, comunicação, contexto, cultura e apetite ao risco. Porém, os modelos procuraram ratificar sua importância através de um argumento fundado nas ciências naturais (CHUA, 1986), como se a realidade social pudesse ser estudada em um ambiente de laboratório.

Power (2009) argumenta que esse é, essencialmente, um problema na filosofia empregada para gestão de riscos. Essa é a razão pela qual Kadvan (1996) rotula tais tentativas de quantificação de “chances domésticas”. Hassenzahl (2006) e Kandlikar et al. (2006) também acreditam que as expressões mais precisas da probabilidade de eventos são potencialmente enganosas e altamente indesejáveis, uma vez que não podem delinear o conjunto de eventos que poderá ocorrer.

Mesmo entre órgãos reguladores existem discordâncias sobre a precisão e confiabilidade das avaliações de risco. Em relação às mudanças climáticas, o relatório do *Inter-Academy Council* (IAC) criticou o uso de escalas numéricas para conclusões imprecisas e baseadas em evidências fracas (SHAPIRO, 2010). O IAC afirma que muitos erros desnecessários surgem de uso inconsistente de expressões como “alta confiança” em declarações para as quais há pouca evidência (SHAPIRO, 2010).

Com base em uma revisão de literatura, Visschers et al. (2009) observou que, no mundo real, as pessoas geralmente enfrentam riscos múltiplos, no entanto, poucos estudos exploraram a apresentação de informações cumulativas sobre risco e que muitas vezes as pessoas não compreendem este tipo de probabilidade. Segundo eles, dois fatores parecem

determinar como uma informação é entendida e isso influenciará a percepção dos riscos. Primeiramente, refere-se ao conteúdo e formato de apresentação. No entanto, para Visschers et al. (2009), a situação ou contexto em que a probabilidade é comunicada é mais importante e pode explicar os efeitos de um formato. Mesmo assim, eles comentam que esses e vários outros fatores irão afetar o processamento das informações de forma sistemática ou heurística.

Stulz (2009) e Taleb et al. (2009), ao analisarem fatores que influenciaram na crise nos USA em 2008, afirmam que alguns erros apresentados nos modelos tradicionalmente usados para a gestão de risco são causadas pelo excesso muita confiança nos instrumentos, por ignorar as limitações das ferramentas ou falhas na capacidade dos gestores. Pior do que isso, os resultados desses modelos são ainda mais falhos, especialmente, quando seriam mais necessários, em contextos de crise ou quando a complexidade da realidade econômica aumenta e não segue tendências históricas.

As teorias positivistas de decisão em psicologia e economia não explicam como os indivíduos se comportam no mundo real (GUTNIK et al., 2006). Além disso, mesmo no campo da neuroeconomia, não há esclarecimento sobre como e o porquê de decisões serem tomadas e sim uma descrição (GUTNIK et al., 2006). Os riscos e os benefícios percebidos são muitas vezes influenciados por um estado emocional, sendo majoritariamente subjetivos. Investigações neuroeconômicas usam o papel da emoção e reações fisiológicas para explicar o motivo das pessoas tomarem decisões diferentes sobre a mesma informação (GUTNIK et al., 2006). No entanto, isto pressupõe que os indivíduos são seres apolíticos e quase neutros em suas decisões, portanto, não consideram diretamente a cadeia de relações de poder envolvidas em cada decisão, bem como as influências da cultura e contexto.

Alguns grupos de interesse político têm mais poder e seu interesse reside na regulação ineficiente, onde a ineficiência é medido pelo grau de assimetria informacional entre a indústria regulamentada e o principal (LAFFONT, TIROLE, 1991). Por exemplo, Frakt et al. (2008) analisando o setor de remédios explicar por que uma mudança tão grande para o programa de medicamentos seria pouco provável, com base no poder político de importantes grupos de interesse.

A regulação não é um jogo de neutro. Slinko et al. (2005) estudaram o efeito captura na regulação da Rússia durante o período de 1992-2000 e descobriram que: empresas politicamente poderosas apresentam em média melhor desempenho, um alto nível de captura prejudica o desempenho das empresas que não têm ligações políticas e impulsiona o desempenho das empresas com ligações políticas e a captura afeta negativamente o crescimento de negócios pequenos e a capacidade fiscal do estado.

Portanto, considera-se que o paradigma positivista apresenta diversas limitações para o estudo sobre gestão de risco. Primeiramente, porque as instruções regulamentares definem risco e gestão de risco de maneira arbitrária, especialmente em instituições financeiras, apresentando-os como uma verdade absoluta e objetiva, ignorando os problemas causados pela condicionalidade deste conceito e processo (SPIEGELHALTER; RIESCH, 2011, STIRLING, 2011). Isso é ainda mais problemático, se considerarmos que o pressuposto de que o risco é objetivo transmite aos gestores uma falsa sensação de segurança e também exclui riscos que poderiam ser específicos à organização ou a um contexto (STAHL et al., 2003). Além disso, atores organizacionais apresentam apetites de risco diferentes e percepções de risco na tomada de decisão que variam com o tempo, bem como interesses emocionais e políticos que podem ser influenciada ou influenciar na cultura e no próprio contexto em que o risco é gerenciado.

3.2. Construcionismo

3.2.1. Risco na Perspectiva Social: a busca pelo significado

Na literatura científica, a percepção de risco, por exemplo, com base nos modelos psicométricos de Slovic são mencionados mais frequentemente do que a construção do “risco” (NUFFELEN, 2004). No entanto, Lupton (1999) afirma que a forma como leigos constroem o conhecimento sobre risco no contexto das suas vidas diárias é uma questão importante, porque os riscos podem ser visualizados diferentemente a partir da experiência de risco vida pessoal, embora esta construção pessoal e social geralmente seja negligenciada.

As construções de risco variam muito em cada contexto. Segundo Arena et al. (2010), a dinâmica da gestão de risco depende do setor e características específicas de empresas. Woods (2011) relata como organizações públicas e privadas, financeiras e não financeiras desenvolvem conceitos diferentes de gestão de risco de acordo com as pressões internas e externas. Porém, dentro de um mesmo setor, as práticas de gestão de risco podem variar de significado cultural, importância dos cálculos e nível de integração (MIKES, 2005, 2009, POWER, 2007, 2009). Portanto, para serem eficazes, as empresas devem olhar para além da tecnologia e estabelecer uma cultura de gestão de riscos em toda a organização (BRUNO-BRITZ, 2009).

No entanto, instruções regulamentares definem cultura de risco e apetite ao risco de uma forma muito objetivista (por exemplo, COSO, 2004, BCB, 2006, BIS, 2003) e como um processo determinado pela alta administração de forma *top-down*. No entanto, Lim et al. (2011) destacam que há uma fragmentação inerente e é um desafio em construir uma coletividade sobre risco. Por isso, recomendam que os gestores de risco considerem a influência de estruturas sociais mais amplas e o dinamismo de eventos repentinos na reformulação do foco dessa gestão, citando o exemplo de complexos projetos de TI na Ásia.

Após as últimas crises, conselhos de gestão de risco em todo o mundo começaram a publicar pronunciamentos sobre as causas e as novas tendências para gestão de risco. O Instituto de Gestão de Risco (IRM), em Londres, por exemplo, divulgou guias sobre cultura de risco e apetite ao risco, tentando reforçar a importância desses conceitos, bem como sua própria importância (IRM, 2011, IRM, 2012). Embora eles demonstrem uma coerência ao reafirmar a importância desses aspectos na gestão de riscos, o propósito de como geri-los parece impregnado com mecanicismo, projetado por modelos e receitas.

3.2.2. Risco sobre um ponto de visto cultural e contextual

Spiegelhalter (2012, p.1393) afirma que “diante de incerteza sobre o futuro, as pessoas em grande parte dependem de seus sentimentos para tomar decisões, sendo influenciadas por experiências passadas, afeto ou emoção, pontos de vista conhecidos e crenças culturais”. Além disso, uma grande quantidade de fatores pode influenciar na incerteza sobre probabilidades, decorrentes de erros estatísticos, dados ambíguos ou limitados, simplificação das informações de riscos complexos, discordância científica e ignorância (POLITI et al., 2007).

Lupton (1999) argumenta que estes inconvenientes em lidar com o risco podem ser explicados por uma “posição construcionista social fraca” que pertence essencialmente a visão realista de risco e enfatiza o caráter objetivo dos riscos, conceituados pelo paradigma

psicométrico que sublinha a distinção entre “risco real” e “percepção de risco”; ou por uma “posição construcionista forte” centrada na forma como o risco é um fenômeno subjetivo, em grande parte influenciado ou determinado por fatores sociais, tais como os membros do grupo e as relações de poder que sustentam os significados sociais dos riscos informados e representam socialmente uma “criação” sobre o risco.

Morgan (2012) adota essa perspectiva e estuda o risco como um fenômeno que é construído e admite formações locais dentro da mediação das tecnologias de contabilidade, demonstrando que o risco se manifesta essencialmente como um fenômeno de *network*. Com base em um estudo de caso em uma cadeia de suprimentos, confirma que neste contexto os riscos são intensificados pelo espaço contínuo do tempo e inviabilidade de aplicação de tecnologias contábeis como planejamento e orçamento, embora estas sejam ferramentas úteis para o planejamento de longo prazo.

Douglas e Wildavsky (1982) e Renn (1992) enfatizam a importância de estruturas organizacionais, redes e fatores institucionais amplos, como as políticas econômicas e expectativas culturais para a gestão de risco e muitas vezes para a avaliação de risco, embora estes aspectos sejam raramente aplicados aos estudos sobre risco. Tradições e culturas jurídicas influenciam o estatuto jurídico de avaliação de risco (JASANOFF, 1986). Da mesma forma, Clarke e Short Jr. (1993) afirmam que uma sociologia verdadeiramente bem sucedida conecta o risco sob uma abordagem prática e teórica, mas isso geralmente não acontece.

A implementação da gestão de risco demonstra-se problemática (MIKES, 2009), porque ignora a importância de uma “cultura de risco” para uma visão crítica sobre as ameaças e oportunidades futuras que podem impactar os objetivos de uma organização (POWER, 2007). Guebitz et al. (2012), por exemplo, explicam a necessidade de desenvolvimento de uma nova abordagem para o gerenciamento de risco na indústria farmacêutica ao aderir às exigências ontológicas que são constantemente integradas neste contexto e equalizar o conhecimento organizacional com seus sistemas de informação.

De um ponto de vista construcionista, o risco é um processo de consenso envolvendo todos os indivíduos que concordam em tal declaração. Todas as medidas de risco são baseadas em suposições atuais e julgamentos (SPIEGELHALTER; RIESCH, 2011). Esses autores afirmam que até as técnicas mais sofisticadas, como Lógica *Fuzzy* ou Análise de Monte Carlo, têm o seu ponto de partida em conjecturas humanas. Normalmente, a fonte das incertezas é atribuída a limitações na informação ou a ausência de dados, porém, informações adicionais não necessariamente reduzem incertezas. Além disso, o pressuposto de que todos os eventos possíveis futuros podem ser elencados é uma terrível simplificação (SPIEGELHALTER; RIESCH, 2011).

Saeedi et al. (2013), por exemplo, explicam como as mulheres que optam por dar à luz em casa percebem e gerem os riscos relacionados ao parto no Irã e demonstram que elas fizeram a sua decisão de dar à luz em casa com base em informações verbais, visuais e intuição. Culturalmente, os riscos técnicos relacionados a dar a luz em um hospital eram considerados evitáveis. Além disso, as mulheres consideravam questões éticas como riscos mais importantes do que as complicações médicas.

Pesquisas usando o construcionismo procuram desenvolver uma compreensão aprofundada da influência humana na construção do conceito de risco. Medawar (1982, p. 89) sublinha a inevitabilidade da interpretação e experiência como “uma espécie de conhecimento que envolve a compreensão” e Halperin e Heath (2012) ratificam que esta não pode ser entendida pelos métodos da ciência natural. Sob esse paradigma, o significado de risco não é

um fenômeno estático e objetivo, mas constantemente construído, negociado e renegociado, como parte da rede e da interação social necessária para a formação do significado (CHUA, 1986).

3.2.3. Críticas ao Construcionismo Social

De acordo com o construcionismo, o risco é visualizado como algo “objetivo” e “subjetivo”, por isso, há a busca pela compreensão “em profundidade” desse fenômeno social e cultural, especialmente, como os sujeitos interagem com o objeto na construção do seu significado (CHUA, 1986, CARTER, 2008). Modelos de risco são construções humanas com base em seu conhecimento limitado e julgamento (SPIEGELHALTER; RIESCH, 2011). No entanto, este processo não é neutro, e influências políticas não podem ser ignorados, assim, pessoas diferentes terão poder diferente nessa construção de significado sobre risco.

Muitas pesquisas buscam analisar o contexto de uma perspectiva fragmentada, com base em uma visão estruturada da realidade, em que diferentes fatores têm pesos diferentes para a decisão. Esta visão não considera que diferentes fatores apresentarão pesos diferentes durante uma decisão de acordo com a realidade política, econômica e social em cada momento, sendo, portanto, este um processo dinâmica e não estático. De acordo com Robertson (2004) a ponderação de contexto é um fator chave para o sucesso da gestão de risco, que precisa ser constantemente revisto e que na maioria das organizações não é bem compreendido por causa de sua dinâmica e conflitos internos.

Para os construtivistas as probabilidades subjetivas não são elementos internos, estados subjetivos da mente à espera de ser mensuração, mas são construídas como resposta a processos de elucidação (SPIEGELHALTER; RIESCH, 2011). No entanto, este processo não é neutro e influências políticas não podem ser ignoradas. Esta perspectiva ignora que os tomadores de decisão terão interesses diferentes no momento de cada decisão. Portanto, a que construção de riscos e, conseqüentemente, a tomada de decisão envolve uma disputa de poder.

4. RISCOS QUALITATIVOS: LIÇÕES QUE CONHECEMOS

4.1. Arbitrariedade e Condicionalidade do Risco e da Gestão de Riscos

De acordo com Power (2009), as abordagens qualitativas para a gestão de risco parecem ter sido simplesmente ignoradas. Isso representa um “fracasso intelectual” ao assumir que noções como “cultura de risco” e “apetite de risco” podem ser perfeitamente entendidas. Mais do que isso, o autor confirma em seu livro “A incerteza Organizada: Criando um Mundo de Gestão de Riscos”, que esta foi uma decisão deliberada, desenvolvida como um mecanismo para transmitir uma imagem de objetividade para essa gestão, algo valorizado pela sociedade e usado como um elemento de persuasão para transmitir uma ideia de imparcialidade para os decisores e reguladores, garantindo maior confiabilidade nas informações fornecidas como relatórios científicos (POWER, 2007).

Miyoshi (2011) ao analisar a implementação da gestão de risco tributário em uma indústria brasileira, constatou que mesmo seguindo a metodologia sugerida pelo COSO, na prática, a percepção era que a empresa não teria plena conformidade fiscal com a avaliação quantitativa e os recursos humanos eram um fator de risco mais importante dentro deste ambiente. No entanto, este é apenas os primeiros passos dessa compreensão mais profunda deste processo.

De acordo com Miller et al. (2008, p. 963), precisamos saber mais sobre as práticas nas indústrias e em empresas específicas e o que facilita o fluxo de informação e comunicação através das fronteiras de empresas, organizações e grupos de especialistas ou profissionais. Precisamos saber mais sobre métricas variadas e muitas vezes localizadas e linguagens que facilitam a interação e não respeitam as fronteiras organizacionais no setor privado ou sem fins lucrativos. Precisamos saber mais sobre os locais, as instituições e condutas através dos quais tais métricas circulam e em que estão inseridas. E precisamos prestar atenção aos múltiplos e diversos componentes de tais práticas, que muitas vezes não se enquadram nas categorias puras de acordo com o que normalmente ordenamos o mundo.

A literatura contábil aborda o risco sob uma perspectiva fragmentada (COLLIER et al., 2007). Textos contábeis discutem risco em termos de árvores de decisão, distribuições de probabilidade, o custo-volume-lucro, fluxo de caixa descontado etc. Em finanças, também a preocupação é tipicamente com carteiras, modelos de avaliação, bens de capital e técnicas de hedge para reduzir os riscos de taxa de câmbio e de juros. No entanto, de acordo com esses autores, existem três limitações nestas perspectivas restritas: a utilidade dessas técnicas de quantificação para medir o risco probabilístico foi reconhecida em 1930 como questionável por McGoun (1995), embora isso tenha sido aparentemente esquecido; o risco tem sido tradicionalmente visto como negativo, apesar da ideia de bem-aceita de *trade-off* entre risco e retorno; e, houve uma redução da atenção oferecida para a importância da ação humana.

4.2. Paradigma Pós-estruturalista: o risco como algo incompleto e flexível

As posições apresentadas acima levam a compreensões extremas e polarizadas de risco. Em um extremo, ele aparece como um resultado de leis naturais, totalmente independentes do observador, que só podem tentar compreender essas regras. No outro extremo, encontra-se o risco como um conceito dependente de interpretação do observador e de uma realidade socialmente construída.

Os modelos e normas regulamentados sobre gestão de risco não abrangem a gestão de riscos como uma decisão construída e pesquisas em campo tentam evidenciar fatores que afetam o sucesso ou fracasso na implementação de modelos de gestão de risco (ARENA et al., 2010, COLLIER et al., 2007, GEPHART, 2009). No entanto, a natureza contingente da modelagem de risco precisa ser explicitamente reconhecida nessas diretrizes, assim como, as expressões incondicionais de incerteza que continuam sendo uma aspiração (SPIEGELHALTER; RIESCH, 2011).

Cada organização desenvolve o seu modelo não só guiada pelas restrições regulamentares, elas consideram as pressões de seu ambiente, referindo-se à imagem que querem transmitir aos seus *stakeholders* (bancos, clientes, acionistas, governo, sociedade, etc) (COLLIER et al., 2007, SOUZA, 2011). Portanto, as decisões sobre o risco, em geral, parecem ser muito mais fundamentada em aspectos políticos e individuais do que apenas em generalizadas discussões sobre este conceito e modelos.

Lupton (1999) afirma que o risco se tornou um conceito político e cultural abrangente, que influencia o caráter da vida social contemporâneo na sociedade ocidental e um componente central da subjetividade humana de controle de riscos, o que por sua vez implica que o risco deve ser necessariamente associado a noções de responsabilidade, escolha e culpa. Em suma, o risco é um fator muito influente, penetrante e politizado na era moderna.

Sobre esse ponto, Chappe (2012) afirma que teorias sociais recentes lidam com a modernidade concentrando-se no aumento de novas formas de risco como um desafio social. A crescente importância relativa dos riscos manufaturados (que são o produto da atividade humana), em comparação com os riscos externos ou naturais é descrita na obra dos sociólogos como Ulrich Beck (1992) ou Giddens (1990) e o surgimento de novas formas de risco fabricado (como o risco ambiental e risco financeiro) é uma consequência direta do aumento dos níveis de complexidade e interdependência nas sociedades industriais, refletida na organização da produção, natureza das tecnologias empregadas, etc.

Mais do que isso, o conceito de risco parece ser um argumento forte para manter o controle social e político (POWER, 2007). O risco representa um conceito abrangente, que pode ser moldado, de acordo com as intenções de cada organização e líderes. Mais do que isso, ele pode ser usado como um argumento muito convincente para preocupações sobre a saúde financeira da empresa, o ambiente, a sociedade, a eficiência de processos, etc.

4.2.1. Comunicação de Risco

O risco é intrinsecamente manipulado por meio do seu processo de comunicação. Lipkus (2007) sugerem a importância de formatos numéricos, verbais e visuais para a transmissão de riscos sobre a saúde e como as mensagens relacionadas às magnitudes de um risco poderiam alterar os sentimentos, mudar comportamentos e incentivar as pessoas sobre possíveis benefícios ou malefícios de diferentes ações. Logo, a comunicação pode ser utilizada para manipular as pessoas, algo pouco explorado no artigo de Lipkus.

Os números são sempre o resultado final de algum processo. No entanto, a complexidade envolvida no seu interior e a incompreensão de todo esse processo, tornam mais fácil modelá-lo de acordo com alguns interesses. Spiegelhalter et al. (2011, p. 1393) ratificam a dificuldade em comunicar probabilidades. De acordo com Sandman et al. (1994), os comunicadores podem projetar escadas de risco para enfatizar características de risco específicas e em situações em que se presume que as pessoas utilizem um modelo de processamento sistemático, políticos podem manipular o formato de uma apresentação de acordo com os seus próprios interesses (VISSCHERS et al., 2009, p. 285).

Weinstein (1999) demonstra que, mesmo com a comunicação certa, avaliar o que as pessoas conhecem e acreditam é arriscado e difícil, porque a complexidade que envolve este processo abrange várias dimensões da compreensão de risco. Ao estudar fumantes, o autor afirma que a comunicação de risco é frequentemente destinada a ajudar as pessoas a entender os perigos que enfrentam, com a esperança de que este entendimento possa ajudá-los a tomar melhores decisões sobre a necessidade da ação ou ajudá-los a escolher entre ações alternativas. No entanto, não se considera que o formato escolhido para representar uma escolha do transmissor pode ser permeado por interesses pessoais e políticos.

Bostrom e Lofstedt (2003) concluiu que a comunicação de risco ainda era “mais arte do que ciência e, na prática, uma boa intuição contava mais do que princípios”. Discussões sobre comunicação de risco são mais exploradas em áreas como medicina, estatística, política, meio ambiente e procuram compreender como esse processo de compreensão do risco pode ser utilizado na manipulação de pessoas em prol de determinados interesses, porém, essa perspectiva parece não atingir pesquisas em finanças e contabilidade. Como resultado, as pesquisas nessas áreas estão normalmente relacionadas com a evidência e *compliance*, seguindo o que o Power (2009) denomina de uma tendência de “trilha de auditoria” focada na

regulamentação e supervisão, o que não gera necessariamente uma melhoria de desempenho para as empresas.

A comunicação tem o poder de alterar os sentimentos e o comportamento do público, por isso, também permite a manipulação (SPIEGELHALTER et al. 2011). De acordo com Lipkus (2007), as probabilidades podem ser descritas de forma fluída com uma linguagem que explora intuições e emoções para agradar as pessoas. Citando alguns exemplos da manipulação por meio de comunicação, Spiegelhalter et al. (2011) exemplificam:

- a. Uma campanha recente no metrô de Londres que proclamou que “99% dos jovens não cometem crimes” para criar um foco deliberadamente positivo nos 99% dos jovens de são cumpridores da lei e não no percentual de 1% de criminalidade.
- b. O enquadramento positivo também usado para a promoção de produtos. Assim, quando o alimento é descrito com “95% menos gordura”, ele muda a percepção e passa a crença de que o alimento é saudável.
- c. Uma comunicação pode também encobrir interesses políticos de um governo, por exemplo, o resultado das cirurgias cardíacas nos Estados Unidos é publicado por meio de taxas de mortalidade, enquanto que o Reino Unido publica as taxas de sobrevivência, o que está relacionado com as políticas de saúde privada e pública, respectivamente, adotadas por cada país.

“Risco” inerentemente contém o conceito de controle (BECK, 1992, p. 40). Esse conceito moderno presume tomada de decisão e ao falarmos em termos de “riscos”, estamos falando em calcular o incalculável, colonizar o futuro (BECK, 2002, p.40). Como qualquer colonização este não é um processo neutro. Conforme Cohen et al. (1972) ratificam, cenários complexos são marcados pela necessidade de tomar decisões na ausência de consenso. Por isso, sempre haverá um processo em que o interesse de um grupo será ponderado em detrimento a outros interesses. Lupton (1999) confirma que o risco, por definição, envolve sempre uma incerteza considerada geralmente como uma forma de “Outros”. Este argumento é importante para a análise das organizações, porque membros marginalizados da sociedade são considerados como “de risco” ou como uma ameaça por causa do status de “Outros” que é culturalmente ligado a tal indivíduo pelo grupo dominante.

Spira e Page (2003) exploraram a ligação entre controles internos e gestão de riscos na governança corporativa do Reino Unido, usando perspectivas sociológicas sobre risco e sua concepção, como processo contínuo de competição para o controle dos recursos econômicos e sociais, e demonstraram que a evolução dos reportes requeridos nas comunicações sobre governança corporativa ofereceram oportunidades para a apropriação de risco e sua gestão por grupos que desejavam promover seus próprios interesses.

Esse é um dos motivos que levaram, O'Malley (2001, p. 91) a desafiar as afirmações de uma genealogia única de risco e concluir que é importante entender as possibilidades que não foram aceitas, as vozes que foram silenciadas, as perguntas e as concepções de risco que estavam ativamente ou passivamente esquecidas, o que ajudará a desestabilizar a inevitabilidade do presente. Ignorar toda a complexidade e dinâmica envolvida nesse processo caótico somente acarreta mais falhas e crises e na conseqüente culpa de erros de modelagem, o que apenas mantém o *status quo*. O risco é um conceito fluído e essa sua capacidade de se adequar a diferentes modelos de gestão organizacional pode ser explorado como um fator positivo para aumentar a resiliência das organizações ao se prepararem para futuros incertos.

5. Considerações Finais

Embora existam argumentos afirmando que a adoção e difusão de regulações sobre gestão de riscos tenham beneficiado o mercado, restaurando a confiança de investidores e *stakeholders* por meio de uma maior transparência das operações das empresas, o que se observa após cada novo evento de fraude ou crise é que, esta segurança é somente uma ilusão (POWER, 2009).

Este trabalho procurou demonstrar como o conceito de risco e sua gestão foi desenvolvida na área financeira e contábil como uma prática objetiva, neutra e imparcial. No entanto, através do estudo das pesquisas realizadas principalmente em outras áreas, evidenciaram-se aspectos importantes desta gestão ora ignorados, como a cultura, o contexto nacional e organizacional, apetites individuais ao risco e interesses políticos para a tomada de decisões. Assim, demonstrou a arbitrariedade das normas utilizadas para regulamentar esta gestão em contraposição com a complexidade, condicionalidade, dinâmica e inúmeras inter-relações envolvidas no conceito de risco e, conseqüentemente, em sua gestão.

De acordo com Hopkin (2012), a maturidade da gestão de riscos não é alcançada através do cumprimento de normas, mas por meio de uma cultura impulsionada pela utilização deste instrumento no processo diário de tomada de decisão. Assim, o modelo regulatório adotado para a gestão de risco é apresentado como um novo “ritual de verificação”, que se propõe a deixar trilhas para auditoria, o que não necessariamente leva a um melhor desempenho das empresas (POWER, 1997, POWER, 2009).

Observa-se que mesmo após as crises, novas tentativas de recapturar a sensação de controle foram realizadas, por exemplo, em Londres, com diretrizes publicadas pelo IRM que exploraram lacunas ignoradas no passado e que agora se mostravam importantes, como “cultura de risco” e “apetite de risco”. No entanto, essas novas diretrizes ainda apresentam velhos vícios gerados pelo paradigma positivista enraizados na proposição de estruturas e modelos para avaliação e gestão de aspectos como a cultura e o apetite individual ao risco de forma mecanicista. Portanto, incorre-se em erros antigos que foram apenas reconfigurados.

Acredito que este artigo reforça a importância dos aspectos humanos para a tomada de decisão sobre futuros incertos como algo único e não generalizável. Estes pressupostos são úteis para uma análise mais profunda da realidade encontrada na implementação e prática de gestão de risco em cada organização, uma vez que promove a compreensão dessa gestão em contextos específicos. Assim, análises mais profundas poderão ser realizadas sobre a influência que aspectos como a cultura, apetite ao risco e as concepções individuais de risco podem acarretar para essa gestão em nível organizacional. Além disso, diferentes posições paradigmáticas podem tornar a análise desta questão, no contexto brasileiro, mais rica, mostrando configurações específicas desta gestão em determinadas situações organizacionais.

Do ponto de vista prático, essas investigações podem ainda realçar características organizacionais específicas que precisam ser consideradas na implementação e prática de departamentos de gestão de riscos, bem como para a criação de uma sinergia organizacional em torno desse instrumento, não dirigida somente por uma visão *top-down*. Acredito que isso promoverá a compreensão crítica das estratégias adotadas por instituições para adaptar sua estrutura e práticas aos requisitos regulamentares, além disso, para explicar como os diferentes setores, pessoas e hierarquias valorizam e utilizam este modelo para sua tomada de decisão. Finalmente, ao explorar novas fronteiras do conhecimento e buscar relações com aspectos pouco explorados na literatura contábil, essa pesquisa reforça a importância das pesquisas transdisciplinares sobre este tema, assim como de vários outros na área de negócios.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, J. *Risk*. London: UCL Press, 1995.
- ARENA, M., M. ARNABOLDI, G. AZZONE. The organizational dynamics of Enterprise Risk Management. *Accounting, Organizations and Society*, 35, pp. 659–675, 2010.
- Bank for International Settlements – BIS. *Sound practices for the management and supervision of operational risk*, 2003. Disponível em: <http://www.bis.org>, (accessed in: 11/11/2012).
- BAUMAN, Z. *Liquid Times: Living in na Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- BAUMAN, Z. *Vida em fragmentos sobre ética pós-moderna*. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BECK, U. *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage, 1992.
- BECK, U. The Terrorist Threat: World Risk Society Revisited. *Theory, Culture & Society*, Vol. 19, No. 4, pp39–55, 2002.
- BERNSTEIN, P. L. *Against the Gods: The remarkable story of risk*, New York: John Wiley and Sons, 1996.
- BEVIR, Mark. Rethinking governmentality: Towards genealogies of governance. *European Journal of Social Theory*, November, vol. 13 no. 4, pp. 423-441, 2010.
- BOSTROM, A.; LÖFSTEDT, R. E. Communicating risk: Wireless and hardwired. *Risk Analysis*, 23, 241, 2003.
- BRUNO-BRITZ, M. The age of ERM. *Bank Systems & Technology*, 1, p. 20, 2009.
- CARTER, D. B. *Crossing the Wires: The Interface between Law, Accounting and the Discourse Theory Potential of Telecommunications Regulations*, PhD Thesis, Victoria University of Wellington, 2008.
- CHAPPE, R. *Choice Under Uncertainty: A Misnomer*. Institute for New Economic Thinking, 2012. Disponível em: <http://ineteconomics.org/blog/reading-mas-colell/choice-under-uncertainty-misnomer>. Acesso em: 16/01/2013.
- CHARTERED INSTITUTE OF MANGEMENT ACCOUNTANTS - CIMA. **Fraud risk management: a guide to goof practice**. 2008.
- CHUA, W.F. Radical Developments in Accounting Thought. *The Accounting Review*, 41, 4, pp.601-32, 1986.

- CLARKE C. J. ; VARMA S. Strategic risk management: the new competitive edge. **Long Range Planning**, v. 32, p. 414-24, 1999.
- CLARKE, L.; SHORT, JR. Social Organization and Risk: Some Current Controversies. *Annual Review of Sociology*. Vol. 19, pp. 375-399, 1993.
- COLLIER P. M. ; AGYEI-AMPOMAH, S. **Management accounting**: risk and Control Strategy. Oxford: Elsevier, 2005.
- COLLIER P. M. ; BERRY A. J. Risk in the process of budgeting. **Management Accounting Research**, v. 13, p. 273–297, 2002.
- COLLIER, P. M.; BERRY, A. J.; BURKE, G. T. *Risk and management accounting: best practice guidelines for enterprise-wide internal control procedures*. Oxford: Elsevier, 2007.
- COSO - Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission. *Enterprise Risk Management - Integrated Framework: Executive Summary*, 2004.
- CROTTY, M. *The Foundations of Social Research: Meaning and Perspective in the Research Process*, London: SAGE, 1998.
- CROUHY, M.; GALAI, D.; MARK, R. *Gerenciamento de Risco: Abordagem conceitual e prática: Uma visão integrada dos riscos de crédito, operacional e de mercado*. São Paulo: SERASA, 2004.
- DAMODARAN, A. *Gestão estratégica do risco: referência para a tomada de riscos empresariais*. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- DAMODARAN, A. *Investment Philosophies: Successful Investment Philosophies and the Greatest Investors Who Made Them Work*. Wiley, 2003.
- DOUGLAS, M.; Wildavsky, A. *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- FERMA - Federation of European Risk Management Association. *Normas de gestão de riscos*, 2003. Disponível em: < [http://www.ferma.eu/Portals/2/documents/RMS/RMS-Port\(2\).pdf](http://www.ferma.eu/Portals/2/documents/RMS/RMS-Port(2).pdf)>. Acesso em: 22/11/2012.
- FOUCAULT M. *Governmentality*. In: G. Burchell, C. Gordon and P. Miller (eds) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. London: Harvester Wheatsheaf, pp. 87-104, 1991.
- FRAKT, Austin B.; PIZER, S. D.; HENDRICKS, A. M. Controlling Prescription Drug Costs: Regulation and the Role of Interest Groups in Medicare and the Veterans Health Administration. *Journal of Health Politics, Policy and Law*, December, 33(6), pp. 1079-1106, 2008.

GEPHART, R. P.; VAN MAANEN, J.; OBERLECHNER, T. Organizations and risk in late modernity. *Organization Studies*, 30, pp. 141–155, 2009.

GUEBITZ, B.; SCHNEDL, H.; KHINAST, J. A risk management ontology for Quality-by-Design based on a new development approach according GAMP 5.0, *Expert Systems with Applications*, Article in Press, 2012.

GUTNIK, L.A., HAKIMZADA A. F.; YOSKOWITZ, N. A.; PATEL, V. L. The role of emotion in decision-making: A cognitive neuroeconomic approach towards understanding sexual risk behavior. *Journal of Biomedical Informatics*, 39, pp. 720–736, 2006.

HALPERIN, S.; HEATH, O. *Political Research, Methods and Practical Skills*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HASSENZAHN D. M. Implications of excessive precision for risk comparisons: lessons from the past four decades. *Risk Analysis*, 26, pp. 265–276, 2006.

HINES, Ruth. Financial Accounting: In Communicating Reality, We Construct Reality, *Accounting, Organizations and Society*, 13, pp. 251–262, 1988.

HOPKIN. P. Fundamentals of Risk Management: Understanding, evaluating and implementing effective risk management. London: The Institute of Risk Management, 2012.

HOYT, R. E.; LIEBENBERG, A. P. The Value of Enterprise Risk Management. *Journal of Risk and Insurance*, 78, pp. 795–82, 2011.

ICAEW – Institute of Chartered Accountants in England and Wales. *Internal Control: guidance for director on the combined code*. London: Accountancy books for ICAEW, 1999.
INSTITUTE OF RISK MANAGEMENT - IRM. **Risk Appetite & Tolerance**: Guidance Paper. London: IRM, 2011. Disponível em: <http://www.theirm.org/publications/documents/IRMRiskAppetiteFullweb.pdf>. Acesso em: 13/12/2012

INSTITUTE OF RISK MANAGEMENT - IRM. **Risk Culture Under the Microscope**: Guidance for Boards. London: IRM, 2012. Disponível em: http://www.theirm.org/documents/Risk_Culture_A5_WEB15_Oct_2012.pdf. Acesso em: 13/12/2012

INSTITUTE OF RISK MANAGEMENT - IRM. **A risk management standard**. London: IRM, 2002.

JERÓNIMO, Helena Mateus. A peritagem científica perante o risco e as incertezas. *Análise Social*, n.181, pp. 1143–1165, 2006.

JORION, P. *Value at risk: a nova fonte de referência para o controle do risco de mercado*. 4. ed. São Paulo: BM&F, 2001.

- KADVANY J. Taming chance: risk and the quantification of uncertainty, *Policy Sciences*, February, Volume 29, Issue 1, pp 1-27, 1996.
- KAHNEMAN, D., P. SLOVIC, & A. TVERSKY. *Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2006.
- KANDLIKAR M., RISBEY J., DESSAI S. Representing and communicating deep uncertainty in climate-change assessments. *Computes Rendus Geoscience*, 337, 4, March, Pages 443–455, 2005.
- KAPLAN, Robert S. Accounting Scholarship That Advances Professional Knowledge and Practice. *The Accounting Review*, 86 (2), pp. 367-383, 2011.
- KELLY, M.; PRATT, M. Purposes and paradigms of management accounting: beyond economic reductionism, *Accounting Education*, 1 (3), pp. 225-246, 1992.
- KLUYVER, Cornelis A. ; PEARCE, John A. **Strategy: a view from the top** (an executive perspective). 2. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2007.
- KNIGHT, F. *Risk, Uncertainty, and Profit*, Chicago: University of Chicago Press. Orig. public., 1921
- LAFFONT, J.; TIROLE, J. The Politics of Government Decision-Making: A Theory of Regulatory Capture. *The Quarterly Journal of Economics*, 106 (4), pp. 1089-1127, 1991.
- LAM, James. **Enterprise risk management: from incentives to controls**. New Jersey: Wiley, 2006
- LIM, Wee-Kiat; Sia, Siew Kien; and Yeow, Adrian. Managing Risks in a Failing IT Project: A Social Constructionist View. *Journal of the Association for Information Systems*, 12, 6, 2, 2011.
- LIPKUS, I. M. Numeric, verbal, and visual formats of conveying health risks: Suggested best practices and future recommendations. *Medical Decision Making*, 27(5), pp. 696-713, 2007.
- LOUNSBURY, M. Institutional rationality and practice variation: New directions in the institutional analysis of practice, *Accounting, Organizations and Society*, 33, pp. 349–361, 2008.
- LUPTON, D. *Risk*, London: Routledge, 1999.
- MATTHEWS, K. Risk management and managerial efficiency in Chinese banks: A network DEA framework. *Omega*, Volume 41, Issue 2, April, pp. 207–215, 2013.
- MEDAWAR, P. *Pluto's Republic*, New York: Oxford University Press, New York, 1982.

- MIKES, A. Enterprise Risk Management in Action, *ESCR Centre for Analysis of Risk and Regulation* Discussion Paper Series, 35, 2005.
- MIKES, A. Risk management and calculative cultures, *Management Accounting Research*, 20, 1, pp. 18–40, 2009.
- MILLER, P.; KURUNMÄKI, L. The Risks of Regulating by Numbers: Costing, Curing and Quantifying, *Risk and Regulation*, Winter, pp. 8-10, 2007.
- MILLER, P.; KURUNMAKI, L.; O'LEARY, T. Accounting, hybrids and the management of risk, *Accounting, Organizations and Society*, 33(7–8), pp. 942–967, 2008.
- MIYOSHI, R. K. *Riscos de conformidade tributária: um estudo de caso no estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.
- MORGAN, B. F. *Tecnologias contábeis, decisões coletivas e gestão de risco nas relações de suprimento de gás liquefeito de petróleo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- O'MALLEY, Pat. Discontinuity, Government and Risk: A Response to Rigakos and Hadden. *Theoretical Criminology*, February, vol. 5 no. 1 85-92, 2001.
- POLITI, M. C.; HAN, P. K. J.; COL, N. F. Communicating the uncertainty of harms and benefits of medical interventions. *Med. Decis. Making*, 27, 681, 2007
- POWER, M. *Organized uncertainty: designing a world of risk management*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- POWER, M. The risk management of nothing, *Accounting, Organizations and Society*, 2009.
- REDDY, S. G. Claims to expert knowledge and the subversion of democracy: the triumph of risk over uncertainty, *Economy and Society*, Vol. 25, Iss. 2, pages 222-254, 1996.
- RENN, O. Three Decades of risk research: accomplishments and new challenges. *Journal of Risk Research*, v. 1, n. 1, pp. 49-71, 1998.
- SAEEDI, Z. A.; TABATABAIE, M. G.; MOUDI, Z. VEDADHIR, A. A.; Navidian, A. Childbirth at home: A qualitative study exploring perceptions of risk and risk management among Baloch women in Iran. *Midwifery*, V. 29, I. 1, January, pp. 44–52, 2013.
- SANDMAN P.M., Weinstein N.D., Miller P. High risk or low: How location on a “risk ladder” affects perceived risk. *Risk Analysis*, 14, pp. 34–45, 1994.
- SCAPENS, B. ; BROMWICH, M. Editorial: risk management, corporate governance and management accounting. *Management Accounting Research*, v. 20, n. 1, 2009.

SHAPIRO H., et al. Climate change assessments: review of the processes and procedures of the IPCC, 2010. Disponível em: <http://reviewipcc.interacademycouncil.net/report/Climate%20Change%20Assessments,%20Review%20of%20the%20Processes%20&%20Procedures%20of%20the%20IPCC.pdf>. Acesso em: 16/01/2013.

SLINKO, I.; YAKOVLEV, E.; Zhuravskaya, E. Laws for Sale: Evidence from Russia. *Am. Law Econ. Rev.*, Spring, 7, 1, pp. 284-318, 2005.

SLOVIC, P., (1987) Perception of Risk, *Science*, 236, pp. 280-5.

SOUZA, R. S. de. *Gestão de riscos integrada e melhoria de desempenho: um estudo com empresas brasileiras não financeiras*. Masters Dissertation, Federal University of Bahia, 2011.

SPIEGELHALTER, D. J.; RIESCH, H. Dont know, can't know: embracing deeper uncertainties when analysing risks. *Phil. Trans. Roy. Soc. A*, 369, pp. 4730-4750, 2011.

SPIEGELHALTER, D.J.; SHORT, I.; PEARSON M. Visualizing uncertainty about the future. *Science*, 333: 1393-1400, 2011.

SPIRA, L. F.; PAGE, M. J. Risk Management: The Reinvention of Internal Control and the Changing Role of Internal Audit. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 16, n. 4, pp. 640-661, 2003.

STAHL, B. C., LICHTENSTEIN, Y.; MANGAN, A. The Limits of Risk Management –A social construction approach. *Communications of the International Information Management Association*, 3, 3, 2003.

STIRLING, A. Keep it complex, *Nature*, 468, December, pp. 1029-1031, 2011.

STULZ, R. Six Ways Companies Mismanage Risk, *Harvard Business Review*, 2009;

TALEB, N. N., D. G. GOLDSTEIN, & M. W. SPITZNAGEL. The Six Mistakes Executives Make in Risk Management, *Harvard Business Review*, 2009.

TRAPP, A. C. G. *Estudo da Avaliação e Gerenciamento do Risco Operacional de Instituições Financeiras no Brasil: Análise de Caso de uma Instituição Financeira de Grande Porte*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.

WOODS, M. Linking risk management to strategic controls: a case study of Tesco plc. *International Journal of Risk Assessment and Management*, v. 7 , n. 8, p. 1074-1088, 2007.



*Desafios e Tendências
da Normatização Contábil*

WOODS, M., (2011) *Risk Management in Organizations: an Integrated Case Study Approach*, London: Routledge.

ZIKMUND-FISHER, B. J.; FAGERLIN, A.; UBEL, P. A. What's time got to do with it? Inattention to duration in interpretation of survival curves. *Risk Analysis*, 25, pp. 589–595, 2005.